

MEMÓRIA E ATRIBUTO: OS CAMINHOS DA ESCRITA NA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NOS ENTRESSÉCULOS XIX E XX.

Fabrcio dos Santos Brandão*

Resumo: À guisa de encontrar um real valor sobre a memória da escrita e o conhecimento que se pode adquirir por meio desta fez surgir uma acalorada discussão em torno dos manuscritos como patrimônio a serem preservados, visando garantir às gerações vindouras os reflexos históricos e culturais que eclodiram ou não em determinado tempo e espaço, assim como, o labor lingüístico-filológico. Com isso, busca-se analisar as mudanças e variações sofridas no português do Brasil nos entresséculos XIX e XX por meio de documentos referentes a Feira de Santana e cidades circunvizinhas.

Palavras-chave: Memória; Filologia; Português.

1. INTRODUÇÃO

Nem todas as sociedades optaram por empregar a cultura da escrita da mesma maneira, mas tal cultura sempre está associada ao poder. (PATTISON, 1982, p.VIII)

Por que estudar a cultura da escrita? Como resposta para tal questionamento observa-se a necessidade de mostrá-la a partir do momento em que se toma o texto escrito e sua autenticidade como fontes de pesquisas, sejam elas históricas, jurídicas ou até mesmo literárias. Nesta perspectiva, implicam limites de natureza lingüístico-filológica, nos quais se fazem necessários conhecimentos prévios de paleografia, codicologia e crítica textual. Por isso, o que aqui se apresenta é como e quais os caminhos percorridos pelo filólogo no trabalho de transcrição, descrição e edição, assim como o levantamento lingüístico das principais mudanças e variações ocorridas na língua portuguesa do Brasil no final do século XIX e início do século XX, objetivando aproximar o leitor do pesquisador.

Na verdade os registros na forma escrita, ou melhor dizendo o texto, permitiram a nossa compreensão do mundo antigo. Isto se deve ao fato da representatividade que esta assumiu em um primeiro momento como ícone da linguagem visual permanente, atingindo posteriormente, um sentido mais amplo, o qual pode ser visto em Acioli (1994, p.18) como “aplicação do progresso do espírito humano, pois contribuiu para acumular e transmitir experiências, que antes de sua existência, se limitava à tradição legendária”.

A cultura da escrita e o poder informativo da sociedade letrada, principalmente dos literatos, muito significou para as inovações da língua portuguesa nos séculos XIX e XX. Tais significações podem ser observadas no campo lexical, semântico e sintático, neste último as acentuadas transformações permitiram duas modalidades desta língua: o português europeu e o português brasileiro.

* Especialista e Professor de Filologia Românica da Universidade do Estado da Bahia e do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana, pesquisador do GET (Grupo de Edição de Texto) .

O português brasileiro, assim chamado, é traçado neste trabalho em volta de dois aspectos: a memória e as representações lingüísticas da escrita, na tentativa de compreender os fatores de formação desta língua em território nacional. A inclusão destes dois segmentos para o estudo histórico, seja ele qual for, depende da natureza destinada à escrita, sendo esta analisada a partir de uma panorâmica lingüística quando tratar de ocorrências e variações grafemáticas, e filológica quando se tratar de preservação e genuinidade.

2. A ESCRITA ENQUANTO SIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA

Desde os primórdios da humanidade o homem sentiu a necessidade de transmitir seus sentimentos, emoções e pensamentos através de uma simbologia, mas é com a invenção da escrita que este passa a interagir no espaço social ativamente. Com isto, muito se discute sobre a evolução da escrita. Estudos exaustivos tentam evidenciar o momento em que esta tornou-se manifestação gráfica do discurso. Na verdade o homem, além da necessidade de deixar mensagens, sempre buscou a possibilidade de armazenar o conhecimento com o intuito de garantir à posterioridade a sua história em determinado tempo e espaço, até mesmo porque através da escrita é que ele representa a sua própria memória.

Nos estudos historiográficos brasileiros essa acepção ganha um caráter mais expressivo e deixa de ser puramente de preservação, passando por uma significação: a de uma visualização das práticas e construções vistas a partir do aspecto formal e informal escrito na língua portuguesa. Por outro lado, não se pretende aqui priorizar a cultura brasileira de um modo geral, mais sim as diferentes concepções de leituras que esta pode assumir por meio do registro gráfico.

Segundo Auerbach (1972, p.11):

A necessidade de construir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente.

Esta consciência mencionada pelo autor nos conduz a um entendimento macro, isto é, lidar com o problema de memória é lidar com a história, é saber como tal memória foi absorvida. Em relação ao Brasil esta preocupação em resguardá-la está distante, o que não nos permitiu e não nos permitirá por muito tempo evidenciar a história do país em sua amplitude. Mas, atualmente, graças à conservação de alguns documentos, sejam em arquivos públicos ou privados, museus ou bibliotecas, estes estão proporcionando em parte os atos e testemunhos ocultados no cenário brasileiro.

Para Vieira (1989, p.3) os mesmos representam um suporte que permite “fazer história como conhecimento e como vivência recuperando a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender porque o processo tomou dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras”. Entretanto, tais preocupações em torno desta problemática evidenciam as dificuldades em tecer o conceito de memória, mesmo porque existe um propósito grandioso nesta discussão, que é introduzir o valor de patrimônio a essa terminologia.

Para conseguir resultados na área de memória é necessária a prática da Educação Patrimonial, neste caso a escrita deve ser vista como um processo permanente das práticas evolutivas do homem, por isso, deve estar focalizada no Patrimônio Cultural, retratada então como caminho de afirmação da cidadania, capaz de traduzir as particularidades de um povo e de dar acesso às informações dos diferentes grupos sociais que constituem o pensamento humano.

Todavia, esta preocupação atinge um grau mais elevado da questão por se tratar de uma sociedade do passado diante da reminiscência do futuro, em que a presença de profissionais responsáveis pelo patrimônio/memória (literatos, historiadores, arquivistas e filólogos e, a este último chamo-lhe a atenção pelo trabalho exaustivo de edições e busca da genuinidade de textos) são peças fundamentais para a consciência e a propagação deste exercício educativo no Brasil neste limiar do século XXI.

Dessa forma, observa-se que os manuscritos brasileiros têm suscitado cada vez mais o interesse investigativo entre leitor/pesquisador acadêmico. Por outro lado, a má conservação dos mesmos pelo manuseio indevido ou ainda transcrições inseguras têm levado filólogos a buscarem alternativas que assegurem a sua memória e importância, evitando a rinação das instâncias do passado. Assim, o labor filológico tem apresentado acentuadas edições criteriosas de documentos, respeitando a sua natureza tanto na forma como no conteúdo, na tentativa de salvaguardar os fatos e atos testíguos de costumes e valores que a nossa história acumulou por privilegiar os interesses da sociedade burguesa.

3. A FILOLOGIA E SUAS REPRESENTAÇÕES NO UNIVERSO MNEMÔNICO

Um dos predicados no trabalho filológico é consistir em conduzir o leitor na decifração gráfica dos manuscritos, assim como, salvar determinados textos dos estragos do tempo. Por outro lado, este trilhar depende de uma compreensão bem alicerçada dos ramos da Filologia para que possamos examinar de forma segura o documento.

Por baixo da fina e requintada ciência aqui analisada povoam algumas implicações que se não superadas comprometerão a natureza do texto, principalmente na leitura que fizemos deste. Por isso, o pesquisador, ao se defrontar à primeira vista com o manuscrito, este parecerá velho, sem valor, destinado apenas ao lixo. Porém, o manuseamento e a leitura o revelará como uma fonte de informações digna de conservação.

Por se tratar de um estudo que se caracteriza pela ida às fontes, a filologia representa dentro da ciência da linguagem um campo em que o mundo no papel não fala por si mesmo, pois nessa dinâmica, progressivamente, o documento está mais para perguntar do que responder. Nesta perspectiva, para atender estas indagações do trabalho filológico destacam-se os pontos mais relevantes aqui priorizados: a paleografia, a codicologia e a diplomática.

Ao longo da história, em um momento a diplomática e a paleografia se confundiram, levando o jesuíta belga Daniel Von Papenbroek a dizer que todo e qualquer documento antigo, se provado em juízo poderia, ser genuíno. Em contraponto à afirmativa do belga mais conhecido como Papebrokio, o beneditino Jean de Mabillon, considerado o pai da Diplomática Moderna e da Paleografia, dá uma nova roupagem ao entendimento destes dois segmentos à medida em que se discute na obra *De Re Diplomática, libri VI* as particularidades diplomáticas que todo documento deve ter para garantir ao texto sua autenticidade em determinado momento da história.

Talvez os mecanismos apontados por este estudioso no passado tenham facilitado a edição de textos, mesmo porque o passo a passo da descrição e transcrição garantiu e está a garantir a história como um todo, especialmente no Brasil, como visto em Acioli (1994, p.1) em : “... fornecer-lhe um número considerável de textos, como instrumental paleográfico e histórico, conservados no recesso dos arquivos e de difícil reprodução para aquele que deseja tê-los consigo para uma análise mais demorada.”

Com o avanço da Diplomática, estudos mais específicos permitiram estabelecer uma distinção bem clara entre esta e a Paleografia, como diz Berwanger (1995, p.13):

Tanto a Paleografia como a Diplomática tratam de texto, mas com pontos de vista diversos.

Enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letra, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a Diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a Paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a Diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento.

Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra da alma do texto.

Assim, objetivando oferecer o acesso a todos e quaisquer pesquisadores das diversas áreas do saber a documento manuscritos, o Grupo de Edição de Textos, sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana, procurou preencher esta lacuna através de edições semidiplomáticas de manuscritos.

3.1 Critérios de Edição

Na execução desta análise filológica priorizaram-se normas para transcrição adotadas pelo projeto de pesquisa Documentação de Feira de Santana. Trata-se na verdade da transcrição conhecida como conservadora ou semidiplomática, por implicar em respeitar fielmente o texto: 1. Grafia (letras e algarismos), linha. Fólio. 2. Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólio. 3. Separar as palavras unidas e unir as separadas. 4. Desdobrar as abreviaturas apresentando-as em itálico e negrito. 5. Utilizar colchetes para as interpolações. 6. Utilizar chaves para as letras e palavras expurgadas. 7. Indicar as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências. 8. Expontuar as letras de leitura duvidosa.

3.2 Descrição do Documento

Extracto em Duplicata Camisão, 14 de Janeiro de 1897

O documento figura em uma folha de papel almaço pautado, completamente escrita. Apresenta, como sinais de marca d'água: linhas verticais em toda a folha e a inscrição "FIUME". Possui, ainda, no verso, uma estampilha lilás de 200 réis, referente ao pagamento de imposto. Contém marcas de dobras, furos, rasgos e manchas, além de estar partido ao meio.

3.3 Lição Semidiplomática

5	Nome do possuidor	<p style="text-align: right;"><i>Jose</i> dos Santos</p> <p>Extracto em duplicata para registro de terreno particular nas catingas de crias d'esta Cidade</p>
10	Nome do conportantes	<p style="text-align: right;">Marcelino José Pinheiro</p>
15	Denominação das terras	<p>Pelo norte conporta-se com terras da viúva de Domingos Gonçalves de Almeida pelo nascenti e sul com a Fasenda Gameleira e pelo puente com as Fasesdas Umbuzeiro e Pôco.</p>
20	Area e limites	<p>Cansação comprada a Placido Gonçalves de Almeida e sua mulher conforme a escriptura particular que junta</p>
25	Numeros de hectares Cultivados e incultos	<p>Os declarados no principio</p>
30	Especie de cultura	<p>Todo terreno inculto</p>
35	Edificio e construção	<p>Não tem por ser pastajem de animais</p>
	Valor real e estimativo	<p>Uma fonte cercada</p>
	Rios, corregos e mananciais <i>que</i> banhao ou limitaõ	<p>Cem mil reis</p>
	Caminho e estradas	<p>Não tem</p>
	Cidade do Camizão 14 de Janeiro de 1897	<p style="text-align: right;">A estrada da Gameleira</p>
	Arogo do possuidor	

Frederico Marques de Leão
Reconheço por [...] [...] a [...] [...]
Cidade de Camisão, 14 de Janeiro de 1897
Em *testemunho* de ser dado

(Rubrica)

Pagina

(Rubrica)

O *Senhor* Tabelião Antonio Altanasio de Souza
N(úmero) 517 do Indicador *numero* 2
pagina 45 até 46 O Official
Jose dos Santos

Registrada no *livro numero* 2 do 1º livro dos ter-
renos particulares, *pagina* 27 até 28 *numero*
351. Cidade de Cansação, 14 de Janeiro
de 1897

O official do Registro
Gaudencio Claudiano dos Santos

Contado pela media parte oito mil [...]
Jose dos Santos

4. O ASPECTO LINGÜÍSTICO

O século XIX representa o marco para a língua portuguesa em terras brasileiras, isto se deve ao tecido lingüístico apresentado, principalmente no aspecto do grafema/fonema, da fonologia lexical e sintaxe.

Todos estes fatores permitiram uma certa liberdade na realização tanto na escrita como da fala do português. Progressivamente, o que começava a ocorrer naquele momento era um distanciamento entre a língua da metrópole e a da colônia, levando-nos a estabelecer duas modalidades de uma mesma língua: o português brasileiro e o português europeu.

Desse ângulo, o nacionalismo representou o papel inicial para as mudanças nos diversos segmentos sociais do Brasil, inclusive na língua pois, favorecido pelas crenças românticas de independência, o povo passa a buscar uma língua própria e encontra estímulo na literatura, que naquela época já trabalhava no mesmo sentido.

Com isso, os literatos incorporam em suas obras a variante brasileira e expressões da oralidade passam a ocupar formas de prestígio nos seus textos. Esta preocupação atinge a sua consolidação na segunda década do século XX, por volta do ano de 1916 quando são estabelecidas as bases das reformas ortográficas.

O modo de escrever foi influenciado diretamente por dois tipos de variações: a ortográfica e a ortografia etimológica. Para entender suas implicações na escrita da época basta compreender, simplesmente, a não existência de uma norma padrão consolidada. Esta indefinição ficou bem marcada no grafema, o que favoreceu uma análise grafemática.

Estas variações existiram à medida que se tornou perceptível a transitoriedade do oral para o escrito, pois os diversos traços fonéticos não estavam bem definidos, assim como a falta de um sistema ortográfico padrão levou a escrita do século XIX a uma oscilação, possibilitando um excelente caminho da pronúncia portuguesa de então.

Tomando por base os manuscritos editados pelo GET (Grupo de Edição de Textos) da Universidade Estadual de Feira de Santana, fez-se um levantamento gráfico visando formas com o emprego no século XIX que não se aplicam no século XX na língua do Brasil.

Para isso, torna-se necessário elencar um número considerável de exemplos para que possamos levantar dados interessantes que descrevam o estado da língua no entresséculos XIX e XX.

PALAVRA	ACEPAÇÃO ATUAL	ANÁLISE
Collectoria	Coletoria	Simplificação da geminada em posição intervocálica e síncope da consoante oclusiva em oposição intervocálica.
Annos	Anos	Simplificação da geminada em posição intervocálica.
Mascolino	Masculino	A grafia <i>mascolino</i> é resultado de hipercorreção, pois etimologicamente tem-se a forma latina <i>masculus</i> , derivando daí masculino.
Parochia	Paróquia	Esta grafia é resultado da ortografia etimologizante. No latim tardio, séc. XIV, grafava-se <i>parochia</i> <paroecia>, que é uma forma derivada do grego <i>paroikía</i> .
Testimunha	Testemunha	Alteração na grafia de “i” para “e”, resultado de influência fonética.
Rezidente Precizas	Residente Precisas	Na grafia atual utiliza-se o grafema <s> para representar o fonema /z/, no entanto a grafia fonética vigente no século XIX utiliza o grafema <z> representando o fonema, ocorrendo uma relação biunívoca: <Z>=/Z/.

Assim, observa-se que a língua portuguesa passou por um processo de simplificação. Hoje, isso nos permite inferir que a falta de uma norma padrão para o registro escrito fez com que ele se apresentasse bastante oscilante, dando bons vestígios da língua de então. Logo, se oscilações como essas nos colocam em dúvida sobre o que era a tal língua culta vigente, ou seja, da elite burguesa e letrada não é mérito desta avaliação, mas sim, abstração que podemos reter através do seu emprego.

Tais empregos, como já mencionados, são considerados não-padrão para a norma escrita atual, como se vê no registro do quadro anterior e em algumas ocorrências do tipo: o uso de “y” no ditongo “ey” por “ei” como em *Ley*, ou ainda no registro de “rezidente” com Z.

Este estudo histórico-comparativo aponta ainda uma das barreiras dos copistas ao alternarem o “ao” e “m” das formas verbais de terceira pessoa grafadas ora como “ficação” ou

“ficam” por não existir uma diferença na pronúncia. Isto deixa nítido que a oscilação gráfica espelha de certo modo um fato flutuante na relação grafema/fonema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sabendo que este artigo apresenta apenas poucos resultados do nosso trabalho, acreditamos que o Grupo de Edição de Textos tem um papel fundamental a contribuir no atual conjunto dos estudos lingüísticos no País. Com isso, esperamos despertar nos nossos interlocutores o prazer pela lição conservadora por meio do labor filológico, porque nesse campo e no que se refere à descrição da língua portuguesa, o desempenho de filólogos, lingüistas e admiradores, cada qual com seu devido lugar, teremos muito ainda a colaborar.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: EDUFPE/JN/Massangana, 1994.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. Tradução José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin (1995). **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: Ed. da UFSM.

CUNHA, Antonio Geraldo da et al. **Dicionário etimológico Nova Fronteira de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 4.ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, Nilce Sant’ Anna. **História da língua portuguesa no século XIX**. São Paulo: Ática, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.